



Editorial

Caro Leitor,

Este número do Alerta, o 85, dá-lhe conta do ato de lançamento da primeira pedra da futura sede do Tribunal de Contas, da III.ª Edição das Auditorias Coordenadas em Áreas Protegidas que teve, como anfitrião, o Tribunal de Contas de Cabo Verde, da Auscultação do tribunal de Contas pela Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Assembleia Nacional, Parlamento, e por ultimo a participação do Presidente do Tribunal de Contas, na qualidade de Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) num Seminário Regional sobre as Tipologias de Branqueamento de capitais e Financiamento do Terrorismo, ocorrido em Abuja, Nigéria.

Tenha uma boa leitura,
A Direção

Lançada a primeira pedra da futura sede do Tribunal de Contas



Teve lugar, no passado dia 22 do corrente mês de setembro o lançamento da primeira pedra para a construção da futura sede do Tribunal de Contas, que ficará situada no bairro do Palmarejo Grande, ao lado UNICV-Universidade de Cabo Verde.

No ato que contou com a presença da Secretária de Estado do Fomento Empresarial Dra. **Adalgisa Vaz**, o **Presidente do Tribunal de Contas** afirmou tratar-se de um sonho há muito acalentado pelos servidores do Tribunal de Contas e dentro do eixo, reforço da capacidade institucional do Tribunal que é um dos objetivos estratégicos específicos do PET 2020-2024, várias atividades foram realizadas entre as quais a alteração dos manuais de Auditorias, harmonizando-os com as normas Internacionais de auditoria, a Implementação e operacionalização do Sistema Integrado do Tribunal de Contas, com a desmaterialização de processos cobrindo praticamente todas as áreas do Tribunal, a aquisição de equipamentos informáticos para melhorar o desempenho dos funcionários, e agora está-se a concretizar uma das mais importantes atividades do mandato do atual coletivo de juizes, permitindo dignificar institucionalmente este órgão de soberania, com um espaço próprio, criando excelentes condições para a execução das suas atividades.

De referir que se trata de uma obra concebida pela empresa **ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A.** e cuja execução está prevista para 18 meses, pela empresa **Placa Construções, sociedade Unipessoal Lda.**



III.ª Edição de Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas



De 11 a 15 de setembro, p.p. decorreu na cidade da Praia uma Oficina de Consolidação das Auditorias Coordenadas em áreas protegidas.

A Oficina de Consolidação das Auditorias Coordenadas em Áreas Protegidas em que o TCCV esteve representado pelos Auditores **Alice Fonseca, Francisco Dias, Natalino Gomes e Odair Tavares** é uma reunião técnica que visou promover o encontro entre a equipe coordenadora do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU-Brasil) e os membros das equipes de auditoria das seis Instituições Superiores de Controlo participantes da 3ª edição da Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas: os Tribunais de Contas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, o Tribunal Administrativo de Moçambique e a Câmara de Contas de Timor Leste.

A iniciativa visou ainda o fortalecimento da cooperação internacional, a promoção do controle externo na área ambiental no âmbito da OISC-CPLP e contribuir para a melhoria da implementação e gestão das áreas protegidas nos países envolvidos, promovendo a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.





O evento contou com o apoio logístico do **Tribunal de Contas de Cabo Verde** e financiamento do Programa para a **Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP)** nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (**Pro-PALOP TL ISC Fase III**) e **GIZ**.

Durante a oficina foram realizadas diversas atividades com o objetivo de consolidar os resultados obtidos na auditoria coordenada. O calendário contemplou reuniões de alinhamento entre as equipas envolvidas, palestras ministradas por especialistas em temáticas ambientais, apresentação dos resultados do Índice de Implementação e Gestão de Áreas Protegidas (INDIMAPA), trabalhos em grupo para discussão da proposta de sumário executivo e apresentação individual das equipas de auditoria sobre os resultados dos seus trabalhos.

A iniciativa visou ainda o fortalecimento da cooperação internacional, a promoção do controle externo na área ambiental no âmbito da OISC-CPLP e contribuir para a melhoria da implementação e gestão das áreas protegidas nos países envolvidos, promovendo a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.





Foram objetivos da oficina de consolidação:

- a) a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos entre as equipas de auditoria das Instituições Superiores de Controle participantes, visando a criação de uma rede de colaboração no âmbito da implementação e gestão de áreas protegidas.
- b) Analisar e debater os resultados preliminares obtidos na 3ª edição da Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas, a fim de identificar os avanços, as fragilidades e as lições aprendidas no processo de implementação e gestão das áreas protegidas nos países participantes.
- c) Proporcionar um espaço de capacitação e aprendizado, onde os participantes terão acesso a palestras e apresentações de especialistas em temáticas ambientais relevantes para a implementação e gestão de áreas protegidas.
- a) Estimular a construção conjunta de recomendações e boas práticas para aprimorar a implementação e gestão de áreas protegidas nos países participantes. Através de trabalhos em grupo e discussões, os participantes serão incentivados a compartilhar suas experiências e contribuir para a elaboração de recomendações práticas e realistas, que pudessem ser adotadas pelas autoridades responsáveis. Essas recomendações podem abordar questões como fortalecimento institucional, alocação de recursos, envolvimento da comunidade local e parcerias estratégicas.





TCCV socializa internamente o projeto da sua nova Sede



Após o ato simbólico de lançamento da primeira pedra para a construção da futura sede do Tribunal de Contas, ocorrido no passado dia 22 de setembro, no bairro do Palmarejo Grande, ao lado da UNICV - Universidade de Cabo Verde, e dentro do eixo Reforço da Capacidade Institucional do Tribunal, que é um dos objetivos estratégicos específicos do PET 2020-2024, que permite dignificar institucionalmente este órgão de soberania, com um espaço próprio, criando excelentes condições para a execução das suas atividades, o TCCV promoveu a apresentação do **projeto de arquitetura da nova sede do Tribunal de Contas a todos os colaboradores.**

A apresentação, que teve lugar na tarde do passado dia 29, esteve a cargo da equipa de engenheiros e arquitetos da empresa pública Infraestruturas de Cabo Verde, S.A, que elaborou o projeto em apreço e faz a gestão da respetiva construção.





Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento ausculta Tribunal de Contas de Cabo Verde sobre o parecer da Conta Geral do Estado do ano de 2020



No passado dia 29 de setembro, o Presidente do Tribunal de Contas, **João da Cruz Silva** foi auscultado sobre o PCGE- Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2020, pela Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento.

A ocasião que serviu para fazer uma exposição e dar esclarecimentos aos deputados, o responsável máximo por essa Instituição de Controlo fez-se acompanhar dos juizes conselheiros (Relator e um dos adjuntos) **Claudino Semedo** e **José Maria Cardoso**, do **Diretor Geral** e dois técnicos da Unidade do Parecer sobre a Conta Geral do Estado.



Gabinete do Presidente realiza o 4º encontro de Nivelamento de Sinergias



O Senhor Presidente do Tribunal de Contas, **João da Cruz Silva**, preside o 4º encontro de nivelamento de sinergias de 2023, ocorrido no passado dia 28 de julho. Regra geral, mensalmente, o Presidente reúne todos os dirigentes desta ISC para um balanço da implementação do Plano Anual de Atividades (PAA), que leva a conhecimento de todos os dirigentes, as atividades implementadas, os constrangimentos deparados e as perspetivas futuras, acionando desta forma medidas corretivas de gestão, no sentido de colmatar tempestivamente as eventuais dificuldades deparadas.

O PAA é elaborado de acordo com o Plano Estratégico do Tribunal de Contas, horizonte 2020-2024, sendo que de janeiro a julho do ano em curso, registou-se uma taxa de implementação do PAA de 18% e uma taxa à margem do PAA de 28%, sendo este último, integra atividades previstas e não previstas no PAA aprovado pelo Plenário.

De acrescentar que, embora não se realizou o encontro de nivelamento de sinergias referente ao mês de agosto, por ser considerado o mês das férias judiciais, registou uma taxa de implementação do PAA de 21% e uma taxa à margem do PAA de 31%.



CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção

III.ª Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) participou em Seminário Regional sobre as Tipologias de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo



Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e Unidade de Informação Financeira (UIF) participam em Abuja, Nigéria, no Seminário Regional das partes intervenientes sobre os resultados do Estudo de Tipologias de Branqueamento de capitais e Financiamento do Terrorismo.

Organizado pelo GIABA, o evento decorreu entre os dias 21 e 25 de agosto e contou com a participação do Presidente do Tribunal de Contas que por inerência é Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção, **Dr. João da Cruz Silva** e um técnico da UIF.

O evento teve como objetivo geral explorar as constatações e recomendações do estudo de tipologias sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT) ligadas à corrupção na África Ocidental, cujo relatório foi adotado pela 36ª Plenária da Comissão Técnica do GIABA em abril de 2022, em

Acra, Gana e partilhar experiências sobre as práticas de combate à corrupção bem como a relevância das Normas LBC/CFT do GAFI (Grupo de Ação Financeira) no combate à corrupção nos Estados membros do GIABA.

Participaram individualidades oriundos das Agências de Combate à Corrupção, Unidades de Informação Financeira, Agências de aplicação da lei, procuradores, juízes e outros atores relevantes que desempenham um papel fundamental na deteção, investigação, ação penal e julgamento de casos de corrupção nos Estados membros do GIABA.